



**ACÓRDÃO Nº385/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12514/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Policlínica Governador Gilberto Mestrinho.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Liége de Fátima Ribeiro (Ordenador de Despesa), Maximina Penha Malagueta (Ordenador de Despesa), Francisca da Silva Garcia (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 172/2021-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Policlínica Governador Gilberto Mestrinho. Exercício de 2019.

*Regularidade. Irregularidade. Revelia. Alcance. Multa. Inabilitado. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** as contas da **Sra. Liége de Fátima Ribeiro Freire** (período de gestão 01/09 a 01/10/19), gestora e ordenadora das despesas, referente ao exercício de 2019, com fundamento no art. 22, inciso I da Lei nº 2.423/96, visto que não se evidenciou qualquer fato significativo digno de relato durante o supracitado período de gestão da responsável;
- 10.2. **Julgar irregular** as contas da Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, de responsabilidade da **Sra. Francisca da Silva Garcia** (período de gestão 02/01 a 01/09/19) e da **Sra. Maximina Penha Malagueta** (período de gestão 01/10 a 31/12/19), Gestoras e Ordenadoras das despesas, referente ao exercício de 2019, nos termos do arts. 25 e 22, inciso III, alínea “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, § 1º, inciso III, alínea “b” e “c”, da Resolução TCE nº 04/2002, em razão das graves ilegalidades cometidas e do dano ao erário causado;



**ACÓRDÃO Nº385/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3. Considerar revel a Sra. Francisca da Silva Garcia** (período de gestão 02/01 a 01/09/19), nos termos do art. 88 da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão da não apresentação de razões de defesa nos autos;
- 10.4. Considerar revel a Sra. Maximina Penha Malagueta** (período de gestão 01/10 a 31/12/19), nos termos do art. 88 da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão da não apresentação de razões de defesa nos autos;
- 10.5. Considerar em Alcance a Sra. Francisca da Silva Garcia**, no montante de **R\$ 95.794,47** (noventa e cinco mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos), valor que não teve justificado o desembolso (não anulado) sob a rubrica “Indenizações”. A devolução deve ser feita na esfera Estadual, à Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, **no prazo de 30 (trinta) dias** e essa devolução deve ter seu montante corrigido nos moldes do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE;
- 10.6. Considerar em Alcance à Sra. Maximina Penha Malagueta** no montante de **R\$ 14.005,00** (quatorze mil e cinco reais) e **R\$ 1.607.416,49** (um milhão, seiscentos e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e nove centavos), conforme registrado no Balanço Patrimonial (Anexo 14) - na conta Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Móveis/Imóveis., valores estes que não foram comprovados. A devolução aos cofres públicos deve ter seu montante corrigido nos moldes do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para a Policlínica Governador Gilberto Mestrinho, o recolhimento deve ser feito **no prazo de 30 dias**;
- 10.7. Aplicar Multa à Sra. Francisca da Silva Garcia** (período de gestão 02/01 a 01/09/19), no valor de **R\$ 27.308,78** (vinte e sete mil, trezentos e oito reais e setenta e oito centavos), na forma do art. 54, II, “b”, da Lei nº 2.423/96, pela impropriedade não sanada nº 02 e na forma do art. 54, VI, da Lei nº 2.423, pelas impropriedades nºs 01 e 02, item “a”, constantes no Relatório Conclusivo, e na forma do art. 54, II, “a”, da Lei nº 2.423/96, pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência ou decisão do Tribunal. A referida multa deverá ser recolhida **no prazo de 30 (trinta) dias** para o cofre estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM),



**ACÓRDÃO Nº385/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.8. Aplicar Multa a Sra. Maximina Penha Malagueta** (período de gestão 01/10 a 31/12/19), no valor de **R\$ 17.068,00** (dezessete mil e sessenta e oito reais), na forma do art. 54, inciso VI da Lei nº 2.423/96, pelas impropriedades não sanadas nº 01, 02 e 03 constantes no Relatório Conclusivo, e na forma do art. 54, II, "a", da Lei nº 2.423/96, pelo não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência ou decisão do Tribunal. A referida multa deverá ser recolhida **no prazo de 30 (trinta) dias** para o cofre estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.9. Inabilitar as Sra. Francisca da Silva Garcia e Sra. Maximina Penha Malagueta**, ao exercício de cargo e de função pública, conforme art. 56 da Lei nº 2.423/96;
- 10.10. Dar ciência as Sra. Francisca da Silva Garcia, Sra. Maximina Penha Malagueta, Sra. Liege de Fátima Ribeiro Freire e aos demais interessados.**

